

Intérpretes do fenômeno político brasileiro: uma leitura sobre o processo de formação política e social no Brasil

Neivânia da Silva Theodoro¹

RESUMO

O principal objetivo deste paper será apresentar de forma breve uma leitura sobre o processo de formação política e social no Brasil; com vistas a melhor compreensão do fenômeno político brasileiro, convido a uma leitura como se fosse um drama teatral: guiado a um ritmo de tensão, construída pela ação direta dos homens e baseada na visão dessa realidade proporcionada por algumas passagens de intérpretes do pensamento social brasileiro – a saber, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Hollanda, Raymundo Faoro e Jessé Souza. O trabalho seguirá uma lógica weberiana, tendo em vista um processo de dominação em que se destacam duas fases: primeiro, o rompimento com a dominação do senhor rural; segundo, a era da modernização. A segunda parte concentra nos agentes sociais do cenário político, ao observar o elemento propulsor do “espírito” na vida do homem, a partir da fase de modernização e burocrática legal, através de uma descrição fundamental da ação individual - desses sujeitos singulares - refletida nas ações coletivas e sociais. Por último, retardaremos, contudo, a conclusão, substituindo-a por um questionamento sobre os valores herdados nessa trama que desemboca no tema da democracia, sem possuir propriamente um desfecho, mas uma reflexão do mesmo em relação as transformações políticas apresentadas.

Palavras-chave: Formação política e social. Pensamento social brasileiro. Agentes sociais. Democracia.

¹Graduanda em Ciências Sociais, UFSC.

PARTE I

Partindo do princípio de que a necessidade dos agrupamentos humanos de se organizarem consiste em evitar o caos², o presente *paper* delimitará uma tentativa de racionalização das contraditórias relações sociais e individuais em território brasileiro, apoiando-se em autores do pensamento social intérpretes do Brasil.

O objetivo da composição será apresentar as transformações e a formação política no Brasil com vistas a uma compreensão do fenômeno político, direcionando-se a uma reflexão sobre o Estado burocrático legal, sob a ótica weberiana, como uma forma típica de dominação, ao mesmo tempo dialogando com outros aspectos do mesmo fenômeno, como a democracia.

A intenção de construção histórico-social primeiramente demanda definir a atividade política. Freund a descreve como

(...) uma atividade que reivindica para a autoridade instalada em um território o direito de domínio, com a possibilidade de usar em necessidade a força ou a violência, para manter a ordem interna, quer para defender a comunidade contra ameaças externas. (FREUND, 1987, p. 161).

Cabe ponderar elementos trazidos à análise da política brasileira, a concepção de burocracia: Weber a concebe como um fenômeno ocidental, mais especificamente, do capitalismo industrial, a qual culminou numa racionalização das organizações não somente do Estado – indo, portanto, além do campo econômico. A falta de crenças e visões de mundo de concordâncias coletivas, por conta da racionalização da vida, segundo Weber, provocaria um desencantamento do mundo.

Florestan Fernandes, sociólogo marxista, preocupa-se em verificar, em sua análise histórica, como as alterações políticas condicionaram a reorganização da sociedade e da economia no Brasil nos séculos XIX e XX. É interessante reconhecer sua obra como um diálogo sobre a noção de dominadores e dominados sob a lógica de capital.

Percebendo a emergência de transformações que marcaram a ruptura de uma era e a entrada de outra, o autor observa o processo destacando duas grandes fases: primeiro, um colapso da homogeneidade da “aristocracia agrária”; segundo, o

²“O caráter geral do mundo, no entanto, é de caos por toda eternidade; não no sentido de ausência de ordem, divisão, forma, beleza, sabedoria e como quer que se chamem nossos antropomorfismos estéticos”. (Gaia Ciência, Nietzsche, parágrafo 109, 2001, p.136).

aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional (FERNANDES, 1987).

Ao reconhecer a atividade política como anterior ao Estado, o autor supõe que o fenômeno da dominação é antecedente a uma instituição rígida. O primeiro domínio político no Brasil, sob esse prisma, era constituído por uma legitimidade tradicional; tratava-se de uma autoridade não escolhida pelo povo do país, mas de um homem, o Rei de Portugal, que fora nomeado ao poder em virtude de um costume. Os governados, nessa primeira fase, seriam súditos ou senhores da terra, e os serviços prestados eram realizados por escravos.

A saber, os três tipos de legitimidade classificados por Weber são: tradicional, carismática e legal ou burocrática. O primeiro tem por base a crença na santidade das tradições em vigor e na legitimidade dos que são chamados ao poder em virtude do costume. O segundo repousa no abandono dos membros ao valor pessoal de um homem que se distingue por sua santidade, seu heroísmo ou seus exemplos. O terceiro, de caráter racional, tem por fundamento a crença na validade dos regulamentos estabelecidos e na legitimidade dos chefes designados nos termos da lei. Nota-se que, nas relações da primeira fase política do Brasil descrita por Florestan Fernandes, a dominação se dava pela forma tradicional.

A segunda fase estudada por Fernandes tem em vista a independência socioeconômica do país, transformação que se dá de modo concomitante à inserção na economia externa, a qual se articula com a organização interna da sociedade. Em tal processo, vindo de cima para baixo, muito embora mantendo papel central, o homem do poder político dominante ainda se recusava a entrar por inteiro no mercado, preferindo antes lidar com as tensões a sofrer uma transformação paralela à vida econômica.

Ocorria, portanto, uma recepção tímida do liberalismo, desencadeada pela expansão de uma ordem social competitiva. E como não havia outra escolha a não ser acompanhar essa expansão do mercado universal ao fornecer suas mercadorias a outros países – adequando-se à ordem por sentimentos egoísticos –, a família imperial experimentava o fim da “era colonial” sem grandes sofrimentos nem uso organizado da violência. A inexistência de anseios coletivos por parte do povo, que, sob as condições e configurações estruturais em trânsito, não possuía consciência de sua força transformadora, assegurava que essa mudança se desse sem grande impacto. Por sua vez, enquanto o liberalismo se consolidava, a elite ia absorvendo aos poucos o profundo impacto do processo histórico-social. Logo, essa “tomada de consciência elitizada” representava o elemento propulsor da “era da modernização do Brasil”, a qual, segundo Florestan Fernandes, “não aparece como um fenômeno maduro da evolução interna do mercado capitalista moderno; ela se configura

com a crise política do antigo sistema colonial” (FERNANDES, 1987, p.7).

As figuras desencadeadoras de tal processo foram, em primeiro lugar, os novos “homens de negócios” e/ou os fazendeiros de café, que se afastariam de sua posição de prestígio social e político em vista de prestígio econômico, para continuar no poder; nesse patamar, a maioria deles tornava-se “coronel”, conhecido como uma segunda personalidade-ideal do senhor que mudara nessa configuração. Esse segundo agente – o “coronel” – perdurou na época de transição da monarquia constitucional à República Velha do país. “Como e enquanto ‘coronel’, ele já era o antípoda do senhor agrário. Afirmava-se, como este, através do poder político gerado por sua situação econômica.” (FERNANDES, 1987, p.113).

O terceiro agente veio a ser o imigrante. Por sua vez, “Existem vários tipos de senhores rurais e fazendeiros, a diversificação predominante nas correntes migratórias e na sua incorporação às economias internas é ainda maior” – assim, observa Florestan - “O imigrante seria o nosso tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da mentalidade capitalista e iria desempenhar os principais papéis econômicos que estruturaram e dinamizaram a evolução do capitalismo no Brasil.” (FERNANDES, 1987, p.139). Enfim, havia a predominância de uma motivação básica entre esses agentes, pondo em segundo lugar o status senhorial. Assim, expandia-se precocemente a liberdade entre os homens; desenvolvia-se a livre concorrência de mercado, principalmente nos centros urbanos, com a presença de novos habitantes imigrantes em solo brasileiro.

Por último, destacamos os agentes “escravos”, que prestavam serviços ocupando posições marginais na sociedade. A questão desses atores na história mereceria atenção exclusiva se nos propuséssemos a analisá-la sociologicamente, sobretudo no que diz respeito à exploração de economia escravista (tema a que se dedicaram diversos autores brasileiros, ora em interpretação saudosista – como Gilberto Freyre –, ora em interpretações trágicas e realistas – como Joaquim Nabuco, Silvio Romero e Caio Prado Júnior). No entanto, dando um salto na história, voltamos-nos ao contexto proposto na sequência, tomando tais novos agentes tratados agora como “trabalhadores livres”.

Percebendo a alteração política dos costumes, à época, pode-se observar o modo como as ações individuais transcendiam o indivíduo. Processava-se uma transformação na sustentação da legitimidade dos postos de poder: a partir do rompimento gradual com a predominância das bases do setor tradicional, ocasionada e sustentada pela dominação patrimonialista e burocrática – em que o poder é objeto de herança da família (como no exemplo da família Bragança, na regência Imperial, ao nomear Dom Pedro II, aos 15 anos de idade, como herdeiro do trono depois da morte de seu pai, Dom Pedro I) – o prestígio social agora residia ora na

condição patrimonialista, ora na carismática. Mais tarde, a revolução seria preconizada com vistas a bases sociais tipicamente burocráticas, de um Estado burocrático, diante da formação de novos atores sociais que transporiam uma mentalidade puramente racional com relações a fins, configurando uma *mentalidade burguesa*. Tal mentalidade tem como pressuposto a especialidade dos agentes do Estado, que, através de concursos, tornam-se empregados e responsáveis pelos procedimentos administrativos do país. Por outro lado, na escolha dos governantes, a sociedade civil indica, ao votar nas eleições, na organização partidária mais próxima a seus interesses.

Identificamos, nesse momento, o nascimento da *era de modernização*, isto é, o reconhecimento pleno das instituições na organização política brasileira. Por esses motivos, somente quando o senhor atinge o estatuto de “cidadão”, ele se iguala de forma jurídica-legal aos demais membros do agrupamento nacional. Simbolicamente, o senhor parecia aderir aos preceitos adotados na proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), na qual: “Artigo I: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Mediante tais transformações, a burocracia introduzia-se na sociedade moderna brasileira.

Repousando nos procedimentos administrativos de domínio legal, haja vista o rompimento com a continuidade da República Velha diante da promulgação do Estado democrático, fica cada vez mais clara a perspectiva de “racionalidade” no desenvolvimento social e político no Brasil, que seria notadamente acentuada quando da entrada de Getúlio Vargas.

Por outro lado, ocorria que o “espírito do capitalismo” residia na ordem como algo sombrio e soava como um destino histórico:

No caso, parece evidente que o mundo capitalista não era o universo histórico dos estamentos sociais dominantes e que suas elites, por isso mesmo, não enfrentaram o presente nem previram o futuro nessa direção, na escala do capitalismo como aspiração e estilo de vida. (FERNANDES, 1987, p. 180).

Na segunda parte, portanto, propomos fundamentar alguns efeitos de ação social – partindo do indivíduo ao social – que refletem a formação político-social da sociedade brasileira.

PARTE II

Da descrição que compreende a nova configuração dos atores sociais emergentes na sociedade brasileira moderna, passemos à atenção aos conceitos do pensador brasileiro Sérgio Buarque de Hollanda, historiador e sociólogo de forte influência notadamente weberiana, dando destaque a seu conceito de “homem cordial” - enquanto Florestan Fernandes nos traz uma

visão periférica marxista, Sérgio Buarque parece sentar ao lado dos agentes históricos.

Em “Raízes do Brasil” Sérgio Buarque põe em xeque a “frouxidão da estrutura social” no país, sustentada por um individualismo impulsionado por uma forma cosmogônica, apoiada na falta de coesão social entre os homens:

A coletividade dos homens na terra era uma simples parábola e espelhava palidamente a cidade de Deus. [...] Assim, a sociedade dos homens na terra não pode ser um fim em si. [...] Não há, nessa sociedade, lugar para as criaturas que procuram a paz terrestre nos bens e vantagens deste mundo. (HOLLANDA, 1995, p. 33-34).

Esse caráter nacional relaciona-se a um elemento que é alvo de críticas predominantes nas nações ibéricas: além da proximidade entre o Espírito e a vida, a repulsa ao trabalho manual em vista de uma “digna ociosidade”: “O que entre elas [as nações ibéricas] predomina é a concepção antiga de que o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor.” (HOLLANDA, 1995, p.38). Essa inclinação justificaria, segundo o autor, a reduzida capacidade de organização social.

Portanto, os primórdios da formação política e social do Brasil devem muito da originalidade nacional aos portugueses e espanhóis. Por essas heranças e por força da tibieza colonizadora, os princípios de um mundo novo firmavam-se antes na tradição que na racionalidade calculista – essa mentalidade negadora do livre-arbítrio foi característica dos povos protestantes.

Esclarecendo o pensamento de Sérgio Buarque quanto a aspectos que muitas vezes passam despercebidos em relação à formação da Nação brasileira: primeiro, tomaremos conhecimento das atividades dos homens, formulados em princípios polares, e em seguida, concentraremos a atenção no conceito de *homem cordial* – considerado chave em nossa análise na parte II do paper –, que dialoga sobre as motivações individuais que se manifestam na ação social e, simultaneamente, estabelecem certa dicotomia entre as atividades dos homens e a formação de um Estado burocrático.

Sérgio Buarque formulou algumas polarizações para ilustrar essa dicotomia: o *aventureiro* e o *trabalhador* – existe uma ética do trabalho, assim como existe uma ética da aventura; o *semeador* e o *ladrilhador*; o *personalismo* e o *caudilhismo*. O primeiro possui destaque, particularmente, pois teve influência decisiva em nossa vida social, na qual a busca pela riqueza do espírito aventureiro português custava mais ousadia do que trabalho. Por efeito, os esforços que adquiriam lucros para os mercados externos e internos compensavam, sendo efetuados pelo trabalho escravo do negro (HOLLANDA, 1995).

Nesse sentido, no que diz respeito ao espírito trabalhador, Sérgio Buarque insere uma interessante questão: diante da

invasão do público pelo privado, vê-se predominarem ocupações liberais que privilegiassem

certas qualidades de imaginação e "inteligência", em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo". Tal prestígio denominado "talento" era ostentado pelos homens como uma expressão da natureza, entretanto, "o prestígio universal do talento [...] provém sem dúvida do maior decoro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da inteligência, em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico. (HOLLANDA, 1995, p.82-83).

Por conseguinte, ainda amparados nos princípios de costumes morais, valiam as opiniões.

O trabalho intelectual – atividade exclusiva dos providos de "talento" – torna-se uma função especializada, separando o trabalho mental daquele manual e submetendo cada vez mais o primeiro ao controle do capital. As implicações disso estariam diretamente ligadas ao controle de nosso corpo e mente nas ocupações diárias, de modo a surtir reflexão: estaríamos envolvidos nesse corpo político configurado, chamado democracia, como uma medida das elites para corromper a coragem de nossas mentes? [ver Harvey 2012, p.184]

Voltamo-nos, agora, ao conceito de *homem cordial*: Por tudo que manifesta ou representa nossa compreensão do processo político e social, o que poderia chamar de "mentalidade cordial", escreve Antônio Cândido, no prefácio de Raízes do Brasil, nada mais é do que um traço de sociabilidade que não exerce efeito positivo na estruturação de uma ordem coletiva (HOLLANDA, 1995).

A partir disso, compreende-se por que as posições públicas de responsabilidade não eram comumente afetadas pela distinção entre o público e o privado. Podemos afirmar que o traço de impessoalidade caracterizado no Estado burocrático opera com deficiência na composição social no Brasil, pois sempre teve suas relações ligadas à vida doméstica/familiar.

[...] a vida em sociedade é, de certo modo [ao homem cordial], uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. [...] (HOLLANDA, 1995, p. 145-146).

Em suma, com base numa comparação: enquanto o homem inglês se apoia na polidez das suas relações, a cordialidade típica da sociedade brasileira está ligada à origem da família, patrimonialista, e tenderia a desaparecer com ela. Assim, como explora Sérgio Buarque: "[...] Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social". Há exemplos das relações do homem cordial nas profissões liberais, assim como na classe intelectual – Antônio Cândido, crítico

literário se autodenomina um escritor cordial no sentido afetoso do termo.

PARTE III

A terceira parte se refere ao mecanismo da democracia, analisada em suas condições no momento de transferência da liderança de domínio rural para as novas bases de mentalidade burguesa. Como já foi dito, essa parte do texto não representa um desfecho, mas sim uma reflexão em torno de duas construções que andam de mãos dadas: a burocracia e a democracia. Essa última, por sua vez, tem sido a alternativa mais eficiente de lutas políticas submetidas a uma intensa industrialização típica da modernidade.

Embora no caso brasileiro a tenhamos percebido num contexto tardio, a discussão sobre democracia é “antigo[a] quanto a reflexão sobre as coisas da política, tendo sido reproposto e reformulado em todas as épocas” (Dicionário de Política, p. 320). Sobre a liberdade dos antigos comparada à dos modernos, segundo Benjamim Constant (1985), [a dos modernos] é sempre associada ao conceito de liberdade do capitalismo, em determinada época, e, assim como o capitalismo é baseado no jogo da competição, o modelo democrático parlamentar também se desenvolve dinamicamente dessa forma, de reparação e preservação da competição dos valores. A camada elitista, por sua vez, compartilha dessas ideias na manutenção das regras do jogo.

Sob o ponto de vista de Florestan Fernandes, a democracia não aparece como central, mas como um aspecto consequente da Revolução Burguesa no Brasil. Primeiro porque ela (a democracia) se forma através de um modelo autocrático na ordem social, e

Ao contrário do que se supôs e ainda se supõe em muitos círculos intelectuais, é falso que as burguesias e os Governos das nações capitalistas hegemônicas tenham qualquer interesse em inibir ou perturbar tal fluxo do elemento político, pelo enfraquecimento provocado das burguesias dependentes ou por outros meios. (FERNANDES, 1987, p. 293).

Desse modo, as burguesias, diante do próprio avanço histórico social, “[...] viram-se patrocinando uma transformação da ordem que perdeu todo o seu significado revolucionário.” (FERNANDES, 1987, p.295). O que aparece no cerne da interpretação de Florestan Fernandes é um apontamento do distanciamento entre ideologia e utopia, na qual contraditórias lutas de classes relativamente burguesas, além de promoverem vantagens e privilégios próprios, lutam pela sobrevivência simultânea do capitalismo. “[...] Gostemos ou não, essa é a realidade que nos cabe observar e diante dela nos é lícito ter qualquer ilusão.” (FERNANDES, 1987, p.297). Notadamente, o

diagnóstico de Florestan Fernandes, de perspectiva socialista, é marcante pela lucidez de sua análise.

De outro lado, por sua vez, Sérgio Buarque defende: “A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido” (HOLLANDA, 1995, p.160), e explica argumentando que o liberalismo nunca se consolidou consistentemente entre nós. Talvez isso se deva à forte inclinação nacional ao personalismo individual; à resistência em ser comandado por um sistema exigente e disciplinador.

Tal problema associado à discussão antecedente, Faoro analisa de forma intensa no livro ‘Os Donos do Poder’ na formação do patronato político brasileiro, explorando sobre a essência do liberalismo econômico – não consistente entre nós - e ao mesmo tempo político. Faoro parte dos agentes políticos e sociais, cujos quais se organizam impulsionados por mudanças na estrutura interna patrimonialista, em vista de liberdade, em dois sentidos: primeiro de liberdade comercial - não democrática - num regime “americanizado” que se via livre das estruturas monárquicas; segundo: o homem livre agora determinado cidadão, é livre sobre a autonomia de seu servidor, antes chamado de senhor – diante do abolicionismo como marco. (FAORO, 2001).

Portanto, a compreensão do fenômeno histórico coloca-se de forma contraditória às transformações da economia mundial: de um capitalismo politicamente orientado, sob autoridade estatal e patrimonial à um novo quadro administrativo burocrático; assim, o “Estado burguês de direito” emerge na trama como expressão de legitimidade do liberalismo capitalista, e, conseqüentemente se burocratiza. Nesse sentido, a burocracia é entendida como um aparelho neutralizador:

O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. [...] Grupos, classes, elites, associações tentam, lutam para fugir ao abraço sufocador da ordem imposta de cima, [...]. (FAORO, 2001, p. 826)

Por outro lado, a democracia diante do aparelho institucional emerge como um elemento propulsor de esperanças na sociedade civil, uma vez que a política de pão e circo torna-se ineficiente. Primeiro como disfarce: as elites figuram valores e “desenvolve[m] padrões típicos de conduta ante a mudança interna e no ajustamento à ordem internacional.” (FAORO, 2001, p. 831) Nessa conjuntura autocrática autoritária, o discurso universal de igualdade aparece na superfície como um elemento legitimado na formação política brasileira - assim como o liberalismo capitalista, procede como sinônimo de liberdade.

Portanto, se o liberalismo nunca foi integralmente vivenciado em nossa formação nacional, essa se tem encaminhado, ao menos, numa direção de racionalização política

que liberta as pessoas das ilusões teleológicas e metafísicas – ao contrário de países com autoridade confessional, e salvo uma minoria de representantes e instituições partidárias cristãs. Tal fato resulta ao que Weber chama de *desencantamento do mundo*, desencadeado pela racionalização da vida nas esferas de ação social.

Nesse dilema brasileiro, cabe mencionar, sem entrar profundamente no assunto, a interpretação de fundamento weberiano por Jessé Souza, em análise da importância do conhecimento, em relação à substituição do hábito, costume e atitude tradicionalista de perceber o mundo como imutável: nesse contexto, onde o “racionalismo ocidental” adquire certa singularidade:

Para dominar-se o mundo, em todas as suas dimensões social, objetiva e subjetiva, necessita-se, antes de tudo, “conhecer” as regras de funcionamento desse mundo, a fim de, “também por meio do conhecimento”, transformá-lo. (SOUZA, p.194).

Por último, levando em conta a complexidade das argumentações e teorias apresentadas – a contraposição entre a teoria da estrutura apresentada por Florestan Fernandes e a perspectiva individualista de Sérgio Buarque de Hollanda –, encontramos uma resolução plausível na sociologia política weberiana em sua valorização de uma visão realística: saindo em defesa do mecanismo institucional da democracia representativa como o mecanismo mais eficiente, apesar da desigualdade social resultada nessa forma de governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Revista Filosofia Política nº 2, São Paulo, 1995.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: Ensaio de Interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2012.

HELD, David. **A democracia direta e o fim da política**. In: _____, Modelos de Democracia. Belo Horizonte: Paideia, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Hélio. **1954: um tiro no coração**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SOUZA, Jêsse. **Democracia e personalismo para Roberto DaMatta**: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos?. In: _____, Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea/Jessé Souza (organizador). - Brasília: Editora UnB, 2001.